



**QUANTITATIVO DE SOBRESTADOS (POR TEMA)*
REPERCUSSÃO GERAL - STF
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA**

Órgão julgador

Atualização 30.04.2017

| TEMA | PROCESSO PARADIGMA (LEADING CASE) | DESCRIÇÃO | TOTAL DE SOBRESTADOS | 2ª Vice | 3ª Vice | Câmaras |
|------|---|---|-------------------------|---------|---------|---------|
| 6 | RE-566471 | Dever do Estado de fornecer medicamento de alto custo a portador de doença grave que não possui condições financeiras para comprá-lo. | 23 | 23 | | |
| 16 | RE-643247 | Cobrança de taxa pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndio. | 9 | 9 | | |
| 19 | RE-565089 | Indenização pelo não-encaminhamento de projeto de lei de reajuste anual dos vencimentos de servidores públicos. | 1 | 1 | | |
| 20 | RE-565160 | Alcance da expressão “folha de salários”, para fins de instituição de contribuição social sobre o total das remunerações. | 1 | 1 | | |
| 22 | RE-560900 | Restrição à participação em concurso público de candidato que responde a processo criminal. | 2 | 2 | | |



| TEMA | PROCESSO PARADIGMA (LEADING CASE) | DESCRIÇÃO | TOTAL DE SOBRESTADOS | 2ª Vice | 3ª Vice | Câmaras |
|------|-----------------------------------|---|----------------------|---------|---------|---------|
| 96 | RE-579431 | Incidência de juros de mora no período compreendido entre a data da conta de liquidação e a expedição do requerimento. | 61 | 61 | | |
| 100 | RE-586068 | a) Aplicação do art. 741, parágrafo único, do Código de Processo Civil, no âmbito dos Juizados Especiais Federais. b) Possibilidade de desconstituição de decisão judicial de processo com trânsito em julgado fundada em norma posteriormente declarada inconstitucional. | 29 | 29 | | |
| 111 | RE 970343 | Aplicabilidade imediata do art. 78, § 2º, do ADCT para fins de compensação de débitos tributários com precatórios de natureza alimentar. | 4 | 4 | | |
| 123 | RE 948634 | Aplicação de lei nova sobre plano de saúde aos contratos anteriormente firmados. | 32 | 1 | 31 | |
| 150 | RE-593818 | Consideração de condenações transitadas em julgado há mais de cinco anos como maus antecedentes para efeito de fixação da pena-base. | 26 | 26 | | |



| TEMA | PROCESSO PARADIGMA (LEADING CASE) | DESCRIÇÃO | TOTAL DE SOBRESTADOS | 2ª Vice | 3ª Vice | Câmaras |
|------|-----------------------------------|--|----------------------|---------|---------|---------|
| 163 | RE-593068 | Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade. | 1 | 1 | | |
| 176 | RE-593824 | Inclusão dos valores pagos a título de “demanda contratada” na base de cálculo do ICMS sobre operações envolvendo energia elétrica. | 148 | 147 | | 1 |
| 201 | RE-593849 | Restituição da diferença de ICMS pago a mais no regime de substituição tributária. | 47 | 44 | | 3 |
| 210 | RE-636331 | Limitação de indenizações por danos decorrentes de extravio de bagagem com fundamento na Convenção de Varsóvia. | 9 | 1 | 8 | |
| 218 | RE-588954 | Direito de supermercado a crédito do ICMS relativo à energia elétrica utilizada no processo produtivo de alimentos que comercializa. | 4 | 4 | | |



| TEMA | PROCESSO PARADIGMA (LEADING CASE) | DESCRIÇÃO | TOTAL DE SOBRESTADOS | 2ª Vice | 3ª Vice | Câmaras |
|------|-----------------------------------|--|----------------------|---------|---------|---------|
| 220 | RE-592581 | Competência do Poder Judiciário para determinar ao Poder Executivo a realização de obras em estabelecimentos prisionais com o objetivo de assegurar a observância de direitos fundamentais dos presos. | 10 | 10 | | |
| 231 | RE-597092 | Seqüestro de recursos financeiros do Estado no caso de parcelamento compulsório de precatório. | 3 | 3 | | |
| 247 | RE-603497 | Incidência do ISS sobre materiais empregados na construção civil. | 8 | 3 | | 5 |
| 249 | RE-627106 | Execução extrajudicial de dívidas hipotecárias contraídas no regime do Sistema Financeiro de Habitação. | 15 | | 15 | |
| 261 | RE-581947 | Cobrança de taxa de ocupação do solo e do espaço aéreo por poste de transmissão de energia elétrica. | 1 | 1 | | |
| 262 | RE 605533 | Legitimidade do Ministério Público para ajuizar ação civil pública que tem por objetivo compelir entes federados a entregar medicamentos a portadores de certas doenças. | 32 | 3 | | 29 |



| TEMA | PROCESSO PARADIGMA (LEADING CASE) | DESCRIÇÃO | TOTAL DE SOBRESTADOS | 2ª Vice | 3ª Vice | Câmaras |
|------|-----------------------------------|---|----------------------|---------|---------|---------|
| 264 | RE-626307 | Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança por alegados expurgos inflacionários decorrentes dos planos Bresser e Verão. | 19.354 | 15 | 952 | 18.387 |
| 265 | RE-591797 | Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano Collor I. | 19.354 | 15 | 952 | 18.387 |
| 284 | RE-631363 | Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor I. | 19.354 | 15 | 952 | 18.387 |
| 285 | RE-632212 | Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor II. | 19.354 | 15 | 952 | 18.387 |
| 289 | RE-607582 | Bloqueio de verbas públicas para garantia de fornecimento de medicamentos. | 1 | | | 1 |



| TEMA | PROCESSO PARADIGMA (LEADING CASE) | DESCRIÇÃO | TOTAL DE SOBRESTADOS | 2ª Vice | 3ª Vice | Câmaras |
|------|-----------------------------------|--|----------------------|---------|---------|---------|
| 296 | RE 784439 | Caráter taxativo da lista de serviços sujeitos ao ISS a que se refere o art. 156, III, da Constituição Federal. | 13 | 13 | | |
| 299 | RE-635688 | Aproveitamento integral de créditos do ICMS pago na operação antecedente em hipóteses de redução parcial da base de cálculo na operação subsequente. | 9 | 9 | | |
| 300 | RE-603136 | Incidência do ISS sobre os contratos de franquia. | 1 | 1 | | |
| 309 | RE-656558 | Alcance das sanções impostas pelo art. 37, § 4º, da Constituição Federal aos condenados por improbidade administrativa. | 3 | 2 | | 1 |
| 327 | RE-607420 | Inscrição de Município no SIAFI/CADIN sem o prévio julgamento de Tomada de Contas Especial. | 1 | | | 1 |
| 342 | RE-608872 | Imunidade de ICMS sobre produtos e serviços adquiridos por entidade filantrópica. | 12 | 11 | | 1 |
| 346 | RE-601967 | Reserva de norma constitucional para dispor sobre direito à compensação de créditos do ICMS. | 5 | 4 | | 1 |



| TEMA | PROCESSO PARADIGMA (LEADING CASE) | DESCRIÇÃO | TOTAL DE SOBRESTADOS | 2ª Vice | 3ª Vice | Câmaras |
|------|-----------------------------------|---|----------------------|---------|---------|---------|
| 350 | RE-631240 | Prévio requerimento administrativo como condição para o acesso ao Judiciário. | 28 | 28 | | |
| 360 | RE-611503 | Desconstituição de título executivo judicial mediante aplicação do parágrafo único do art. 741 do Código de Processo Civil. | 200 | 200 | | |
| 362 | RE-608880 | Responsabilidade civil do Estado por ato praticado por preso foragido. | 2 | 1 | | 1 |
| 377 | RE-612975 | Incidência do teto remuneratório no caso de acumulação de cargos públicos. | 1 | 1 | | |
| 381 | RE-630852 | Aplicação do Estatuto do Idoso a contrato de plano de saúde firmado anteriormente a sua vigência. | 46 | | 46 | |
| 382 | RE-603917 | Sujeição da Lei Complementar 122/2006 a prazo nonagesimal. | 21 | 21 | | |



| TEMA | PROCESSO PARADIGMA (LEADING CASE) | DESCRIÇÃO | TOTAL DE SOBRESTADOS | 2ª Vice | 3ª Vice | Câmaras |
|------|-----------------------------------|---|----------------------|---------|---------|---------|
| 415 | ARE-638550 | Reserva de Lei Complementar para repasse do PIS e da COFINS ao consumidor. | 68 | 67 | | 1 |
| 437 | RE-601720 | Reconhecimento de imunidade tributária recíproca a empresa privada ocupante de bem público. | 2 | 2 | | |
| 441 | RE-660968 | Exigência da regra constitucional da reserva de plenário para afastar a aplicação de norma anterior à Constituição Federal de 1988. | 2 | 2 | | |
| 445 | RE-636553 | Obrigatoriedade de o Tribunal de Contas da União – TCU observar os princípios do contraditório e da ampla defesa no exame da legalidade de atos concessivos de aposentadorias, reformas e pensões, após o decurso do prazo de cinco anos. | 45 | 44 | | 1 |



| TEMA | PROCESSO PARADIGMA (LEADING CASE) | DESCRIÇÃO | TOTAL DE SOBRESTADOS | 2ª Vice | 3ª Vice | Câmaras |
|------|-----------------------------------|--|----------------------|---------|---------|---------|
| 452 | RE-639138 | Cláusula de plano de previdência complementar que estabelece valor inferior de complementação de benefício para mulheres em virtude de seu tempo de contribuição. | 58 | | 58 | |
| 456 | RE-598677 | Cobrança antecipada de ICMS no ingresso de mercadorias adquiridas em outro ente da federação. | 3 | 3 | | |
| 475 | RE 754917 | Extensão da imunidade relativa ao ICMS para a comercialização de embalagens fabricadas para produtos destinados à exportação. | 6 | 6 | | |
| 484 | RE-650898 | a) Legitimidade de tribunal de justiça para atuar em controle concentrado de constitucionalidade de lei municipal contestada em face da Constituição Federal; b) Possibilidade de concessão de gratificação natalina, ou de outras espécies remuneratórias, a detentor de mandato eletivo remunerado por subsídio. | 5 | 5 | | |



| TEMA | PROCESSO PARADIGMA (LEADING CASE) | DESCRIÇÃO | TOTAL DE SOBRESTADOS | 2ª Vice | 3ª Vice | Câmaras |
|------|-----------------------------------|--|----------------------|---------|---------|---------|
| 486 | RE-607107 | Suspensão de habilitação para dirigir de motorista profissional condenado por homicídio culposo na direção de veículo automotor. | 6 | 6 | | |
| 487 | RE-640452 | Caráter confiscatório da “multa isolada” por descumprimento de obrigação acessória decorrente de dever instrumental. | 1 | | 1 | |
| 490 | RE-628075 | Creditamento de ICMS incidente em operação oriunda de outro ente federado que concede, unilateralmente, benefício fiscal. | 5 | 4 | | 1 |
| 493 | RE-523086 | Promoção de professor à classe superior a que pertence. | 1 | 1 | | |
| 499 | RE-612043 | Limites subjetivos da coisa julgada referente à ação coletiva proposta por entidade associativa de caráter civil. | 262 | | 262 | |
| 500 | RE-657718 | Dever do Estado de fornecer medicamento não registrado pela ANVISA. | 1 | 1 | | |



| TEMA | PROCESSO PARADIGMA (LEADING CASE) | DESCRIÇÃO | TOTAL DE SOBRESTADOS | 2ª Vice | 3ª Vice | Câmaras |
|------|-----------------------------------|--|----------------------|---------|---------|---------|
| 503 | RE-661256 | Conversão de aposentadoria proporcional em aposentadoria integral por meio do instituto da desaposentação. | 1 | 1 | | |
| 506 | RE-635659 | Tipicidade do porte de droga para consumo pessoal. | 18 | 18 | | |
| 508 | RE-600867 | Imunidade tributária recíproca para sociedade de economia mista com participação acionária negociada em bolsa de valores. | 1 | 1 | | |
| 519 | RE-659172 | Seqüestro de verbas públicas para pagamento de precatórios anteriores à Emenda Constitucional nº 62/2009. | 2 | 2 | | |
| 520 | ARE-665134 | Sujeito ativo do ICMS a incidir sobre circulação de mercadorias importadas por um estado da federação, industrializadas em outro estado da federação e que retorna ao primeiro para comercialização. | 1 | 1 | | |
| 523 | RE-666156 | Seletividade de IPTU antes da Emenda Constitucional nº 29/2000. | 4 | 4 | | |



| TEMA | PROCESSO PARADIGMA (LEADING CASE) | DESCRIÇÃO | TOTAL DE SOBRESTADOS | 2ª Vice | 3ª Vice | Câmaras |
|------|-----------------------------------|--|----------------------|---------|---------|---------|
| 526 | RE 883168 | Possibilidade de concubinato de longa duração gerar efeitos previdenciários. | 9 | 7 | 2 | |
| 531 | RE 693456 | Desconto nos vencimentos dos servidores públicos dos dias não trabalhados em virtude de greve. | 1 | | | 1 |
| 533 | ARE-660861 | Dever de empresa hospedeira de sítio na internet fiscalizar o conteúdo publicado e de retirá-lo do ar quando considerado ofensivo, sem intervenção do Judiciário. | 6 | | 6 | |
| 542 | RE 842844 | Direito de gestante, contratada pela Administração Pública por prazo determinado ou ocupante de cargo em comissão demissível ad nutum, ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória. | 11 | 7 | | 4 |
| 545 | RE 716378 | Extensão da estabilidade excepcional do art. 19 do ADCT a empregados de fundação privada. | 2 | 2 | | |
| 548 | AI-761908 | Dever estatal de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 5 (cinco) anos de idade. | 34 | 1 | | 33 |
| 551 | ARE-646000 | Extensão de direitos concedidos aos servidores públicos efetivos aos servidores e empregados públicos contratados para atender necessidade temporária e excepcional do setor público. | 2 | 2 | | |



| TEMA | PROCESSO PARADIGMA (LEADING CASE) | DESCRIÇÃO | TOTAL DE SOBRESTADOS | 2ª Vice | 3ª Vice | Câmaras |
|------|-----------------------------------|---|----------------------|---------|---------|---------|
| 558 | RE-678360 | Compensação de precatórios com débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora. | 1 | 1 | | |
| 576 | RE 976566 | Processamento e julgamento de prefeitos, por atos de improbidade administrativa, com base na Lei 8.429/92. | 8 | 6 | | 2 |
| 581 | RE-651703 | Incidência do ISS sobre atividades desenvolvidas por operadoras de planos de saúde. | 1 | 1 | | |
| 590 | RE-688223 | Incidência de ISS sobre contratos de licenciamento ou de cessão de programas de computador (software) desenvolvidos para clientes de forma personalizada. | 3 | 3 | | |
| 593 | RE-330817 | Imunidade tributária de livro eletrônico (e-book) gravado em CD-ROM. | 1 | 1 | | |
| 598 | RE 840435 | Sequestro de verbas públicas para pagamento de crédito a portador de moléstia grave sem observância à regra dos precatórios. | 1 | 1 | | |



| TEMA | PROCESSO PARADIGMA (LEADING CASE) | DESCRIÇÃO | TOTAL DE SOBRESTADOS | 2ª Vice | 3ª Vice | Câmaras |
|------|-----------------------------------|--|----------------------|---------|---------|---------|
| 599 | RE-687813 | Acumulação da aposentadoria por invalidez com o benefício suplementar, previsto no art. 9º da Lei 6.397/76, incorporado pela normatização do atual auxílio-acidente, a teor do que dispunha o art. 86 da Lei 8.213/91, na sua redação primitiva. | 4 | 4 | | |
| 606 | RE-655283 | a) reintegração de empregados públicos dispensados em face da concessão de aposentadoria espontânea e consequente possibilidade de acumulação de proventos com vencimentos; b) competência para processar e julgar a ação em que se discute a reintegração de empregados públicos dispensados em face da concessão de aposentadoria espontânea e consequente possibilidade de acumulação de proventos com vencimentos. | 1 | 1 | | |
| 619 | RE-662976 | Aproveitamento, nas operações de exportação, de créditos de ICMS decorrentes de aquisições de bens destinados ao ativo fixo da empresa. | 19 | 18 | | 1 |



| TEMA | PROCESSO PARADIGMA (LEADING CASE) | DESCRIÇÃO | TOTAL DE SOBRESTADOS | 2ª Vice | 3ª Vice | Câmaras |
|------|-----------------------------------|--|----------------------|---------|---------|---------|
| 622 | RE 898060 | Prevalência da paternidade socioafetiva em detrimento da paternidade biológica. | 8 | | 8 | |
| 624 | RE 843112 | Papel do Poder Judiciário na concretização do direito à revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, diante do reconhecimento da mora do Poder Executivo. | 5 | 5 | | |
| 633 | RE-704815 | Direito ao creditamento, após a Emenda Constitucional 42/2003, do ICMS decorrente da aquisição de bens de uso e de consumo empregados na elaboração de produtos destinados à exportação, independentemente de regulamentação infraconstitucional. | 50 | 46 | | 4 |
| 642 | RE 1003433 | Definição do legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal. | 1 | | | 1 |
| 698 | RE-684612 | Limites do Poder Judiciário para determinar obrigações de fazer ao Estado, consistentes na realização de concursos públicos, contratação de servidores e execução de obras que atendam o direito social da saúde, ao qual a Constituição da República garante especial proteção. | 5 | 5 | | |



| TEMA | PROCESSO PARADIGMA (LEADING CASE) | DESCRIÇÃO | TOTAL DE SOBRESTADOS | 2ª Vice | 3ª Vice | Câmaras |
|------|-----------------------------------|--|----------------------|---------|---------|---------|
| 745 | RE-714139 | Alcance do art. 155, § 2º, III, da Constituição federal, que prevê a aplicação do princípio da seletividade ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. | 5 | 2 | | 3 |
| 754 | RE 924456 | Eficácia temporal do art. 6º-A da Emenda Constitucional 41/2003, incluído pela Emenda Constitucional 70/2012, que reestabeleceu a integralidade e a paridade de proventos para os servidores públicos aposentados por invalidez permanente decorrente de doença grave. | 2 | 2 | | |
| 758 | RE-776823 | Necessidade de condenação com trânsito em julgado para se considerar como falta grave, no âmbito administrativo carcerário, a prática de fato definido como crime doloso. | 32 | 32 | | |
| 777 | RE 842846 | Responsabilidade civil do Estado em decorrência de danos causados a terceiros por tabeliães e oficiais de registro no exercício de suas funções. | 6 | 5 | | 1 |



| TEMA | PROCESSO PARADIGMA (LEADING CASE) | DESCRIÇÃO | TOTAL DE SOBRESTADOS | 2ª Vice | 3ª Vice | Câmaras |
|------|-----------------------------------|--|----------------------|---------|---------|---------|
| 809 | RE 878694 | Validade de dispositivos do Código Civil que atribuem direitos sucessórios distintos ao cônjuge e ao companheiro. | 1 | | 1 | |
| 810 | RE 870947 | Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009. | 33 | 33 | | |
| 816 | RE 882461 | a) Incidência do ISSQN em operação de industrialização por encomenda, realizada em materiais fornecidos pelo contratante, quando referida operação configura etapa intermediária do ciclo produtivo de mercadoria. b) Limites para a fixação da multa fiscal moratória, tendo em vista a vedação constitucional ao efeito confiscatório. | 27 | 27 | | |
| 822 | RE 888815 | Possibilidade de o ensino domiciliar (homeschooling), ministrado pela família, ser considerado meio lícito de cumprimento do dever de educação, previsto no art. 205 da Constituição Federal. | 1 | | | 1 |



| TEMA | PROCESSO PARADIGMA (LEADING CASE) | DESCRIÇÃO | TOTAL DE SOBRESTADOS | 2ª Vice | 3ª Vice | Câmaras |
|------|-----------------------------------|---|----------------------|---------|---------|---------|
| 825 | RE 851108 | Possibilidade de os Estados-membros fazerem uso de sua competência legislativa plena, com fulcro no art. 24, § 3º, da Constituição e no art. 34, § 3º, do ADCT, ante a omissão do legislador nacional em estabelecer as normas gerais pertinentes à competência para instituir o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação de quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD, nas hipóteses previstas no art. 155, § 1º, III, a e b, da Lei Maior. | 4 | 4 | | |
| 832 | RE 865401 | Direito de vereador, enquanto parlamentar e cidadão, a obter diretamente do chefe do Poder Executivo informações e documentos sobre a gestão municipal. | 1 | 1 | | |
| 837 | RE 662055 | Definição dos limites da liberdade de expressão em contraposição a outros direitos de igual hierarquia jurídica - como os da inviolabilidade da honra e da imagem - e estabelecimento de parâmetros para identificar hipóteses em que a publicação deve ser proibida e/ou o declarante condenado ao pagamento de danos morais, ou ainda a outras consequências jurídicas. | 1 | | 1 | |
| 838 | RE 898450 | Constitucionalidade da proibição, contida em edital de concurso público, de ingresso em cargo, emprego ou função pública para candidatos que tenham certos tipos de tatuagem em seu corpo. | 6 | 6 | | |



| TEMA | PROCESSO PARADIGMA (LEADING CASE) | DESCRIÇÃO | TOTAL DE SOBRESTADOS | 2ª Vice | 3ª Vice | Câmaras |
|------|-----------------------------------|--|----------------------|---------|---------|---------|
| 839 | RE 817338 | a) Possibilidade de um ato administrativo, caso evidenciada a violação direta ao texto constitucional, ser anulado pela Administração Pública quando decorrido o prazo decadencial previsto na Lei nº 9.784/1999. b) Saber se portaria que disciplina tempo máximo de serviço de militar atende aos requisitos do art. 8º do ADCT. | 1 | 1 | | |
| 863 | RE 736090 | Limites da multa fiscal qualificada em razão de sonegação, fraude ou conluio, tendo em vista a vedação constitucional ao efeito confiscatório. | 2 | 1 | | 1 |
| 881 | RE 949297 | Limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado. | 1 | 1 | | |
| 897 | RE 852475 | Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário em face de agentes públicos por ato de improbidade administrativa. | 11 | 1 | | 10 |



| TEMA | PROCESSO PARADIGMA (LEADING CASE) | DESCRIÇÃO | TOTAL DE SOBRESTADOS | 2ª Vice | 3ª Vice | Câmaras |
|------|-----------------------------------|---|----------------------|---------|---------|---------|
| 903 | RE 847429 | a) Possibilidade de delegação, mediante contrato de concessão, do serviço de coleta e remoção de resíduos domiciliares; b) Natureza jurídica da remuneração do serviço de coleta e remoção de resíduos domiciliares | 5 | 5 | | |
| 907 | RE971959 | Constitucionalidade do art. 305 do Código de Trânsito Brasileiro. | 1 | 1 | | |

* Relatório de enumeração de sobrestamentos por tema. Como um recurso pode ser sobrestado por diversos temas, os números não espelham a quantidade de recursos sobrestados. Este dado está disponível no relatório "Quantitativo de Sobrestados por Órgão Julgador".